

EDUCAÇÃO NAS ZONAS LIBERTADAS NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU

Abna Dala¹

Samira Tamba Dentche Na Blata²

Jaqueline Brito Pólvora³

RESUMO

Este resumo visa abordar a educação que o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC, implementou nas chamadas zonas libertadas durante a luta pela independência na Guiné-Bissau. É metodologicamente produzido através das pesquisas bibliográficas. A Guiné-Bissau sob a dominação colonial portuguesa, a educação era seletiva, sendo privilégio para certos nativos a que os colonizadores chamavam de "assimilados", por terem adquiridos um certo grau de instrução como saber ler e escrever. O regime colonial, temendo que educação "despertasse" ainda mais os nativos sobre a subjugação a que são submetidos, negou a educação a uma grande massa do povo guineense, tendo instruído somente um seleto número de nativos que lhe servissem como auxiliares na continuidade da sua dominação. Esta situação foi desafiada quando o PAIGC, liderado por Amílcar Cabral, filho de pais cabo-verdianos, nascido em Bafatá, Guiné-Bissau, decidiu pegar em armas e lutar contra a dominação colonial portuguesa. Com o apoio da Guiné Conakry país vizinho, onde o PAIGC estabeleceu a sua base principal para coordenar as ações da luta pela independência, começou-se a criar escolas para as crianças nas zonas libertadas incluindo na Guiné Conakry retaguarda do partido. Amílcar Cabral, ideólogo da luta para a independência, defendia que a luta era um ato de criação de um "homem novo", ou seja, o país livre e independente que ia nascer após a vitória na luta, será um país onde os seus cidadãos vão ter direito a educação sem restrições como dantes.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; educação; zonas libertadas; colonialismo português.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, abnasala88@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Palmares, Discente, samiradentche@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Palmares, Docente, jaqueline.polvora@unilab.edu.br³

INTRODUÇÃO

Quando começou a luta de libertação na Guiné-Bissau, em 1963, o PAIGC aponta que o analfabetismo se situava em 99,7% da população guineense. Uma elevada percentagem resultante da forma como o colonialismo português tratava a questão do ensino na Guiné-Bissau. O regime colonial pouco se importava com o ensino para os “indígenas”, nome a que eram chamados os nativos guineenses. Instruiu apenas uma fração ínfima do povo, os chamados “assimilados”, ou seja, as pessoas que no mínimo sabiam ler e escrever, com o intuito de estes servissem apenas os interesses do colonialismo. “Sem perigo de errar, podemos afirmar que o analfabetismo [tem] uma única causa, dentro da qual todas as outras geralmente apontadas se incluem: exploração colonial” (PAIGC, 1973, p. 02). Um trecho dum relatório do partido que fala sobre o analfabetismo na Guiné-Bissau e as suas consequências.

METODOLOGIA

Metodologicamente este resumo é produzido através das pesquisas feitas nos arquivos da “casa comum” ligado à Fundação Mário Soares e Maria Barroso, e de outras bibliográficas que discutem a temática da educação na Guiné-Bissau.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conhecimento, segundo PAIGC, (1973), em todas as sociedades independentemente das épocas, com mais ou menos variações, está intimamente ligado com o grau de desenvolvimento das suas forças produtivas. Tanto é que, as sociedades em que o desenvolvimento das suas forças produtivas atingiu pontos extremos, como é o caso das sociedades capitalistas altamente desenvolvidas, o analfabetismo já não constitui um elemento de exploração, mas, pelo contrário, ele é combatido pelas próprias classes no poder por ser um entrave ao desenvolvimento econômico e social.

Sendo assim, o colonialismo para o PAIGC (1973, p. 02), “não poderia encontrar melhor aliado do que o analfabetismo, com tudo aquilo que ele implica: a ignorância, a miséria, o medo. Este foi o processo geral de dominação que todas as potências coloniais puseram em prática”.

Portugal sendo das potências coloniais, o país mais atrasado, na altura das guerras coloniais ainda tinha, segundo PAIGC, um alto índice do analfabetismo sendo por isso mesmo ser também em termos econômico mais atrasado, o que não só lhe impediu “a tempo”, como ainda não contribuiu em nada para uma melhor política educacional nos territórios sob seu domínio.

Neste sentido, ou seja, estas próprias condições de atraso econômico social de Portugal, como potência colonial, acrescidas das opressões que o seu regime impunha aos colonizado é que obrigou o PAIGC a impor “como um dos setores principais, senão mesmo o principal, da luta de libertação nacional, a luta contra o analfabetismo, isto é, contra a ignorância, a miséria e medo, suas consequências diretas” (PAIGC, 1973, p. 04).

Assim, em 1964, volvidos um ano após o início da luta de libertação nacional, o PAIGC realizou o seu primeiro Congresso em Cassacá, zona libertada do Sul do país em que decidiu pela criação das escolas e desenvolver a instrução em todas as zonas libertadas. “Os que sabem ler, devem ensinar os que não sabem”, o partido almejava com isso o que é importante para a sobrevivência de um povo - a libertação da sua cultura

nacional”. De recordar que no dia 17 de fevereiro deste mesmo ano, no último dia do referido congresso o partido instituiu este dia como dia nacional dos professores, em memória do professor Areolino Cruz vítima de ataque aéreo do exército colonial neste mesmo dia, quando este tentava salvar os seus alunos do ataque aéreo.

O PAIGC fez um balanço de 1964, altura em que decidiu a criação das escolas nas zonas libertadas à 1973, dentro desse período, o partido dispunha de 258 professores lecionando 14. 531 alunos um terço dos quais são meninas. Enquanto que em 1964 um ano após o começo da luta, o regime colonial português só tinha desde a sua ocupação de quase cinco séculos, algumas escolas nos centros urbanos frequentadas por um seletivo número de 2000 alunos (PAIGC, 1973).

O mesmo documento do PAIGC, aponta ainda que durante os cinco séculos da ocupação colonial só 14 nativos conseguiram obter formação superior e 11 obtiveram formação técnico superior. Enquanto que, em 1974, quase dez anos da implementação das escolas nas zonas libertadas o partido conseguiu formar 36 cidadãos com diplomas universitárias; 46 com formação técnico superior; 241 com ensino profissional especializado; 174 na área de sindicato; 410 na área de assistência sanitária. Além disso, o partido tinha no estrangeiro 422 alunos a estudarem.

Importa salientar que, eram selecionados os alunos destacados nas escolas das zonas libertadas para prosseguirem a formação académica no estrangeiro, o que mostra o esforço que o partido empreendeu incentivar a educação e combater o analfabetismo a que se encontrava o povo guineense.

No seu documento intitulado “A nossa luta pela educação das massas e pela formação de quadros”, o PAIGC destacou que, desde os primórdios da sua luta política - quando o partido fazia a mobilização nos centros urbanos, - criou-se escolas clandestinas em que, para além da instrução básica, buscava-se incutir nos alunos uma “consciência nacionalistas e revolucionária”, estava assim lançada as bases para a conscientização para uma agitação política face ao regime colonial.

O PAIGGC sustenta ainda que, “embora enfrentando numerosas dificuldades, apoiados na solidariedade internacional em relação à nossa luta, conseguimos abastecer as nossas escolas do material indispensável para assegurar o seu funcionamento e desenvolvimento” (PAIGC, 1965, p. 06).

O PAIGGC sustenta ainda que, “embora enfrentando numerosas dificuldades, apoiados na solidariedade internacional em relação à nossa luta, conseguimos abastecer as nossas escolas do material indispensável para assegurar o seu funcionamento e desenvolvimento” (PAIGC, 1965, p. 06).

Outro ponto que importa destacar é os locais onde funcionam as escolas, a grande maioria das escolas funcionam nas aldeias das zonas libertas, outras funcionam nas bases da guerrilha. Tendo em consideração a situação de guerra, as escolas serviam, diga-se de passagem, como locais de preparar jovens para o futuro, mas também para o combate de guerrilha contra o colonialismo português. aliás, segundo (CÁ; FURTADO, 2005 apud, GOMES, 2021, p. 52), ensinavam também aos alunos (...) “técnicas de fugir das armadilhas dos inimigos (colonialistas), valorização das práticas tradicionais dos povos africanos, lealdade ao partido, disponibilidade de servi-lo incondicionalmente e amor à pátria”.

As escolas são construídas em barracas com “meios rudimentares tais como paus, madeiras do mato, folhas de palmeiras, etc. na sua grande maioria, as carteiras, os bancos foram construídos pelos próprios alunos” (PAIGC, 1956, p. 07). O partido estimulava o desenvolvimento do espírito coletivo, e os alunos muitas vezes

eram chamados a participarem na construção das escolas.

Ainda sobre a educação, o PAIGC criou em novembro de 1964, a Escola Piloto em Conakry, ela se destinava “especialmente às crianças feridas e aquelas que, por razões ligadas à luta, tiveram de ser evacuados do interior do país, estas são em geral, filhos de combatentes e órfãos de guerra” (PAIGC, 1956, p. 09).

CONCLUSÕES

O colonialismo foi um fenômeno que deixou marcas por onde passou, em África, em particular na Guiné-Bissau. E uma das características fortes do colonialismo português no país, foi a “negação” do ensino e aprendizagem a quase totalidade do povo guineense. Pode-se afirmar que uma das melhores decisões que o PAIGC tomou foi a de criar escolas para as populações das zonas sob seu controle. Instruir as crianças, e de certa forma as populações das zonas libertadas contribuiu para o desenvolvimento da própria luta que o PAIGC travava contra o regime colonial português, que se viu “obrigado” a ampliar as suas redes escolares para tentar “seduzir” a população de que o ensino que o regime oferecia era para todos sem restrições, o que era tarde demais, pois em cinco séculos de ocupação o regime colonial português não preocupou com a educação do povo guineense, limitando apenas a explorá-los e a oprimi-los.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), pela organização desta VIII Semana Universitária, estendemos os nossos agradecimentos à todas as Pró-Reitorias envolvidas na organização deste evento, aos orientadores e orientadoras dos trabalhos submetidos, servidores da Unilab, monitores/as e todos/as participantes.

REFERÊNCIAS

- GOMES, Bruno. Movimentos estudantis em Guiné-Bissau em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as). 2021. 128f... Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Alfenas, Minas Gerais UNIFAL/MG, 2021. Disponível em <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/bitstream/tede/1791/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Bruno%20Gomes.pdf>. Acesso em 12 set. 2022
- Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04309.001.023> acesso em 01 out. 2022.
- Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04340.003.009#!1>. Acessado em 08 out. 2022.